

6

Referências bibliográficas

Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em:
<<http://www.anatel.gov.br>>.

ANKARATH, N. et al. **Understanding IFRS Fundamentals: International Financial Reporting Standards.** New Jersey: Wiley, 2010.

ARMSTRONG, C. et al. **Market Reactions to Events Surrounding the Adoption of IFRS in Europe.** Research Paper Series n. 1937, Abril de 2006.

BALL, R. **International Financial Reporting Standards (IFRS): Prós and cons for investors.** Accounting & Business Research, v. 36, p. 5- 27. 2006.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research.** Research Paper Series n. 1976, Setembro de 2007.

CALVO, L.; CLEMENTE, A. Implicaciones contables de la adopción de IFRIC 12 sobre concesiones de servicios públicos. **Revista Española de Financiación y Contabilidad.** v. 39, n. 145, p. 149-168, jan./mar. 2010.

Carta ABRAFIX para IBRACON. De 10 de janeiro de 2009 (CT.0013/2009).

Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (2010). Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 2010.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.
Acesso em: 07 de setembro de 2010.

Contrato de Concessão PBOA/SPB no. 92/2006 – ANATEL Disponível em:
<<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, C. F.; SILVA, A. F.; RODRIGUES, A. **Impactos Potenciais da Interpretação IFRIC 12 na Contabilidade das Concessionárias de Serviços Públicos**. XXXIII Encontro ANPAD – SP – 19 a 23 de setembro de 2009.

_____.; _____.; _____. Uma Discussão sobre os Efeitos Contábeis da Adoção da Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 57-85, out./dez. 2009.

DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, E. R. 2007. **Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences of IFRS Adoptions**. Working paper, Wharton School.

Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **IAS Plus**. Dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.iasplus.com>>. Acesso: em 20 de julho de 2010.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na Administração Pública: Concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Divulgação de Resultados da Embratel. Disponível em: <http://www.embratel.com.br/Embratel02/cda/portal/0,2997,RI_P_1010,00.html>. Acesso em: 14 de setembro de 2010.

EFRAG – European Financial Reporting Advisory Group. **Carta para Jörgen Holmquist** (Diretor Geral da Comissão Europeia). Em 23 de março de 2007. Disponível em: <<http://www.efrag.org>>. Acesso em: 30 de março de 2010.

European Commission. **Endorsement of IFRIC 12 Service Concession Arrangements: Effect Study Report**. Disponível em: <http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/index_en.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2008.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUASCH, J. L. **Granting and Renegotiating Infrastructure Concessions: Doing it Right**. World Bank Institute Development Studies. ISBN 0-8213-5792-1. Washington: 2004.

ERNST & YOUNG. **Global Eye on IFRS – Insights on International Gaap**. Março de 2007.

FILHO, J. S. C. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009.

International Accounting Standards Board (Press Release). **IFRIC Publishes Proposed Guidance on Accounting For Service Concession Arrangements**. 3 de março de 2005. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 10 de maio de 2010.

_____. **International Financial Reporting Standards as issued at 1 January 2010**. London: International Accounting Standards Committee Foundation, 2010.

KPMG. **Accounting under IFRS: Telecoms**. Janeiro de 2010.

_____. **Desafios de um Processo de Convergência – Os profissionais da KPMG no Brasil respondem suas dúvidas**. IFRS Hoje. 2ª edição – Julho/Agosto de 2008.

Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8987cons.htm>. Acesso em: 8 de setembro de 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1996.

MCMANUS. K. J. **IFRS – Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e da Lei no. 11.638 no Brasil**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

Press Release IASB de 30 de novembro de 2006. **IFRIC Issues Interpretation on service concession arrangements**.

Regulation (EC) 3626/2002 of the European Parliament and of the Council on the application of international accounting Standards. 27 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/restruct/euro2002.htm#jun2002>>. Acesso em: 27 de abril de 2010.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J.; FERNANDES, L. **Fundamentos da Avaliação de Ativos Intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2006. – (Coleção Resumos de Contabilidade; v. 16)

TELE NORTE LESTE S.A. Relatório 20-F 2009.

TELECO. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br>>. Acesso em: 2010.

TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. Relatório 20-F 2009.

TIM Participações S.A. Relatório 20-F 2009.

VIVO Participações S.A. Relatório 20-F 2009.

7 Anexos

Anexo I: Modelo de Questionário

1 – Sua organização já avaliou se as empresas brasileiras de telecomunicações devem adotar a IFRIC 12?

2 – Em sua opinião, os impactos da adoção da IFRIC 12, seriam refletidos mais fortemente em quais contas?

Conta	Alto	Médio	Baixo	Nenhum	Sem opinião
Caixa e equivalente de caixa					
Ativos Financeiros					
Contas a receber					
Despesas antecipadas					
Investimentos					
Ativo Intangível					
Ativo imobilizado					
Fornecedores					
Autorizações a pagar					
Patrimônio líquido					
Receita financeira					

3 – Na sua percepção, a adoção da IFRIC 12 poderá trazer alguma mudança na forma como as organizações brasileiras de telecomunicações são avaliadas pelo mercado local ou estrangeiro?

4 – Há quanto tempo as áreas envolvidas em sua organização estão avaliando e se preparando para a adoção ou não da IFRIC 12 pelas Companhias brasileiras de telecomunicações?

5 – A empresa já recomendou a adoção ou não da IFRIC12 para alguma empresa brasileira de telecomunicações? Se sim, qual foi a recomendação e a posição da empresa de telecomunicações brasileira sobre ela?

6 – Caso a resposta anterior tenha sido positiva, a(s) empresa(s) que receberam a consultoria irão adotar a IFRIC 12 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010?

7 – Em sua opinião, quais as áreas que devem ser envolvidas na análise da aplicabilidade da IFRIC 12 nas empresas de telecomunicações brasileiras?

8 – Quantas pessoas deveriam estar efetivamente envolvidas nesse processo de diagnóstico da IFRIC 12 nessas Companhias?

9 – Em sua opinião, a adoção da IFRIC 12 implicaria em um aumento dos custos das Companhias de telecomunicações brasileiras?

10 – Existe alguma recomendação da sua organização sobre a adoção da IFRIC 12 nas empresas de telecomunicações brasileiras?

11 - Na sua visão, quais são as principais dificuldades para o atendimento às exigências da IFRIC 12?

12 – O prazo estipulado pela CVM para a aplicabilidade das IFRS e, conseqüentemente da IFRIC 12, é suficiente para que as empresas atendam a todos os requerimentos das normas?

13 – Caso a resposta anterior tenha sido negativa, na sua avaliação, quais os requerimentos da IFRIC 12 podem gerar maior dificuldade para serem implementadas no prazo?

14 – Em sua opinião a IFRIC 12 deve ser revisada para esclarecer melhor e mais exaustivamente o tratamento contábil a ser aplicado aos contratos de concessão?

15 – Em sua opinião, a adoção da IFRIC 12 resultará em informações financeiras mais confiáveis, comparáveis, de melhor entendimento e relevantes para seus usuários?

Característica	Sim	Não	Parcialmente	Sem opinião
Relevante				
Confiável				
Comparável				
De melhor entendimento				

16 – De maneira geral, você entende que a IFRIC 12 é a solução adequada para a contabilização dos contratos de concessão? Por quê?

17 – Quais os principais custos e benefícios, em sua opinião, da adoção da IFRIC 12?

Dados do responsável pelo preenchimento deste questionário:

	Nome completo	
	Telefone	
	Celular	
	E-mail	
	Empresa	
	Cargo	

Anexo II: Roteiro das entrevistas

1 – Discussão sobre as IFRS: quais os impactos esperados, um overview sobre o processo de convergência, seu prazo de implementação, os impactos esperados em relação à forma que os investidores e o mercado analisarão as Demonstrações Financeiras após a convergência aos padrões internacionais, e demais perguntas que se tornem convenientes de acordo com o decorrer da entrevista.

2– A Regra IFRIC 12 e suas peculiaridades: um overview da regra, sua aplicabilidade às concessionárias de STFC brasileiras, os possíveis impactos de sua adoção, as principais diferenças existentes entre a regra atual e a IFRIC 12, discutir o parágrafo 5 da IFRIC 12 que fala sobre seu escopo e provocar no entrevistado uma crítica sobre a norma. Adicionalmente, elaborar demais perguntas que se tornem convenientes de acordo com o decorrer da entrevista.

Anexo III: Perfil dos entrevistados

Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC)

Criada em 1988, a APIMEC desenvolve estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do mercado de capitais e a capacitação de seus profissionais.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

A CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda do Brasil, criada pela Lei no. 6.385/1976 e tem por objetivo disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos agentes atuantes no mercado de capitais.

Ernst&Young (E&Y)

A E&Y é uma multinacional, considerada uma das maiores empresas mundiais do setor. Ela presta serviços de auditoria, consultoria e outros serviços acessórios para todo tipo de empresas no mundo inteiro.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI)

Criada em 1974, contribuiu de forma ativa para a atualização da contabilidade no Brasil. Através da FIPECAFI foram elaborados projetos para a CVM e Banco Central, que resultaram em manuais que regem a contabilidade dos setores de sociedades por ações.

KPMG

A KPMG é uma empresa global de nacionalidade suíça, considerada uma das maiores empresas mundiais do setor. Ela presta serviços de auditoria, consultoria e outros serviços acessórios para todo tipo de empresas no mundo inteiro. Está presente em 146 países, com aproximadamente 140 mil profissionais.

PricewaterhouseCoopers (PwC)

A PwC é uma empresa global formada da fusão entre *Price Waterhouse* e *Coopers & Lybrand*, ambas de nacionalidade inglesa. Está presente no Brasil desde 1915 e presta serviços de auditoria, consultoria e outros serviços acessórios para todo tipo de empresas no mundo inteiro. Está presente em 145 países, com aproximadamente 161 mil profissionais.

Professor 1 da UFRJ

Possui graduação em Administração de Empresas pela Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP/FGV (1982), mestrado em Ciências Contábeis pelo Instituto Superior de Estudos Contábeis - ISEC/FGV (1988), doutorado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas - EAESP/FGV (1995) e pós Doutorado em Contabilidade e Controladoria - FEA/USP (2000). Atualmente é Professor Associado 40 h D.E. da FACC/ UFRJ, colaborador do Instituto COPPEAD/ UFRJ, IE/ UFRJ e IAG/ PUC. É autor e co-autor de artigos publicados em periódicos e congressos especializados, bem como dois livros técnicos. Tem experiência nas áreas de Ciências Contábeis e Administração Financeira, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise Econômico-Financeira, Contabilidade Societária e Contabilidade Internacional.

Professor 2 da UFRJ

Professora Assistente (DE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010); Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana - BA (2008). Suas áreas de interesse e atuação em pesquisa são: Contabilidade e Finanças Públicas; Transparência e Accountability na Gestão Pública; Evidenciação

Contábil; Contabilidade Socioambiental; e Padrões Internacionais de Contabilidade.

Professor da UERJ

Possui Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993), Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001) e Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é Assessor de Diretoria na Comissão de Valores Mobiliários. Atua como colaborador não remunerado no Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: Fusões e Aquisições, Contabilidade Internacional, Contabilidade para o Mercado de Capitais.

Telemar Norte Leste S.A.

Sociedade anônima, criada em 1966, principal prestadora de serviços de telefonia fixa da Região I do Plano Geral de Outorgas da ANATEL. Além da concessão de prestação desses serviços, a Telemar também possui autorização para a prestação de serviços de longa distância nacional na Região I. A Telemar hoje possui contratos de concessão vigentes em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006 e válidos até 31 de dezembro de 2025.